

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO SÉCULO XXI – AS CONDIÇÕES SOCIAIS DOS JOVENS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO ESCOLA-EMPREGO NA ALEMANHA E NO BRASIL

Francisca Rejane Bezerra Andrade¹

Marcelo Parreira do Amaral²

RESUMO

O atual contexto da educação, do trabalho e do emprego, e especificamente das possibilidades de emprego da população jovem alemã e brasileira, resultam de um conjunto de mudanças no mundo do trabalho que vieram acompanhadas por avanços científico-tecnológicos e por um novo desenho ideológico-político mundial, difundido por um discurso sobre a sociedade e a economia baseadas no conhecimento (knowledge-based society/economy). Essa realidade desencadeou um quadro sociopolítico e econômico mundial substitutivo aos anos dourados (1940 – 1960). O desemprego e a precarização do trabalho passam a compor a nova realidade da estrutura produtiva mundial, acrescida do baixo dinamismo da produção e da forte oscilação no nível de atividade econômica mundial. Nessa conjuntura, as taxas de desemprego mundial da população jovem mostram-se mais sensíveis que as taxas de adultos, contribuindo para o entendimento de que a inserção dos jovens no mercado de trabalho torna-se um desafio e um elemento central para as nações. É a partir da compreensão dessa realidade que o presente artigo apresenta uma análise das atuais condições dos jovens no processo de transição escola-emprego no Brasil e na Alemanha, identificando os principais elementos constitutivos desse processo.

Palavras-chave: Juventude. Educação. Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

As transformações estruturais no sistema capitalista mundial e a atual redefinição das sociedades modernas (*late modern society*) como ‘sociedades do

¹ Profa. Dra. do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. rejanemarkert@yahoo.com.br

² Dr. rer. soc. Marcelo Parreira do Amaral é mestre em Educação e American Studies pela Goethe Universität Frankfurt am Main e Doutor em Ciências Sociais pela Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha. Atualmente é pesquisador e membro da coordenação do projeto de pesquisa ‘Governance of Educational Trajectories in Europe’ (GOETE), financiado pela União Européia. mparreira@me.com

conhecimento' ou como 'economias baseadas no conhecimento' determinaram significativas mudanças socioeconômicas e políticas globais, afetando diretamente os sistemas de bem-estar social e do trabalho e, conseqüentemente, os sistemas educacionais e a classe trabalhadora mundial, em que pese às distintas trajetórias das relações de trabalho presentes nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Foi a partir da análise deste contexto que pesquisas sociológicas apontaram para uma desestandardização da biografia 'normal'³. Em particular, este é um resultado de pesquisas centradas na perspectiva do ciclo de vida (*life course*). '*Life course*' é coloquialmente entendido como a documentação dos vários estágios através dos quais indivíduos passam ao longo de suas vidas, especialmente de fases institucionalizadas, como escola, formação profissional, serviço militar, trabalho, etc. A pesquisa sociológica do ciclo de vida define de forma análoga '*life course*' "como uma instituição social [...] no sentido de um sistema de regras que ordena uma área ou dimensão central da vida" (KOHLI, 1985, p. 1). No contexto atual, entretanto, no qual as transições ao longo do ciclo de vida aumentam, noções de normalidade do ciclo de vida se tornam cada vez mais fictícias. Por exemplo, Ulrich Beck (1992) vê a desestandardização como decorrente do fato de que biografias de trabalho não são mais vistas como uma sucessão fixa de fases, bem como a partir de uma insegurança geral das carreiras profissionais. Por conseguinte, Heinz (2001) identifica sua causa na crescente generalização de períodos alternados de emprego/desemprego. Esta tendência tem a ver com o fato de que cada vez mais rápido novas tecnologias transformam o mundo do trabalho e, por conseqüência, geram novas demandas para o campo da educação.

Enfim, os efeitos dessas tendências gerais para as carreiras educacionais e laborais para a juventude não podem ser subestimadas, pois o recuo dos sistemas de segurança social e a flexibilização do mercado de trabalho introduziram fortes

³ Historicamente, o ciclo de vida está ligado ao processo de individualização social na era moderna e, conseqüentemente, também aos processos da Reforma, do Iluminismo, da Revolução francesa e da industrialização. Além disso, a institucionalização do ciclo de vida está ligada ao desenvolvimento de sistemas de previdência social e educação no contexto dos Estados-Nação modernos. Como resultado de uma longa história social e cultural – também de práticas disciplinares e discursos tipificantes, o ciclo de vida foi cada vez mais 'normalizado' e ligado à ideia de um ciclo de vida e biografia 'normal'.

elementos de incerteza na vida dos indivíduos. Estas transformações estruturais na sociedade aumentaram as dificuldades de inserção dos jovens como membros plenos em suas comunidades. Em particular, destaque-se um aspecto central que se refere às transições dos jovens para a idade adulta e da escola para o trabalho, que são substancialmente afetadas pelos atuais processos de desestandardização, individualização e fragmentação. Nessa direção, Pochmann (2003) infere que:

O jovem que ingressa na população economicamente ativa encontra-se em grande medida já excluído do acesso ao emprego e à renda, apesar de possuir níveis de instrução mais elevados que no passado. Paradoxalmente, o problema do jovem surge quando a sua participação na força de trabalho, ainda que expressiva, começa a decrescer de forma paulatina, tal a incapacidade de se promover o crescimento econômico sustentado e de se elevar o nível de investimento e de emprego (POCHMANN, 2003 p. 55).

Com vistas a contribuir com os debates, o presente texto apresenta uma discussão sobre a educação e o trabalho no mundo atual, direcionando as análises para as condições sociais dos jovens no processo de transição escola-emprego na Alemanha e no Brasil. Uma visão comparativa se justifica pelo fato de que esta diversificação e incerteza biográfica relacionada com o processo de desestandardização desenvolver-se para além do repertório interpretativo de culturas nacionais, implicando, portanto, a necessidade de uma perspectiva comparativa de investigação (WALTHER, 2011).

2 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICAS NO MUNDO: PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO E O TRABALHO NO SÉCULO XXI

Nas ciências sociais, as transformações globais nas esferas social, econômica e política têm sido discutidas nos últimos anos a partir da análise das categorias 'globalização', 'internacionalização' e 'supranacionalização'.

De forma geral, a globalização é referenciada a processos de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais mundiais com especificidades macroestruturais. Todavia, a tentativa de compreender esse fenômeno privilegia as mudanças na economia global (flexibilização do mercado de trabalho, abertura do comércio, capital transnacional, etc.) em detrimento dos demais processos. Sobre essa problemática Gugliano (2000) destaca que:

No entanto, esse fenômeno econômico só é possível a partir de determinadas condições políticas e culturais. A crise dos Estados nacionais é o elemento central que possibilita a expansão da globalização, na medida em que os países vêm perdendo gradativamente o controle sobre suas próprias economias, o que facilita o predomínio das relações de mercado e fragiliza a situação dos governos frente às mudanças na esfera internacional e às pressões dos investidores multinacionais (GUGLIANO, 2000, p. 65).

Evidenciam-se ainda muitas discussões em torno da globalização e as implicações desse processo para o Estado, principalmente para o seu significado de ‘*contêiner*’ da nação. Argumenta-se que o Estado nacional da “idade de ouro” – período em que o *welfare state* e os sistemas taylorista e fordista ascenderam nos países desenvolvidos – tornou-se permeável; o resultado deste processo são reconfigurações econômicas, sociais e políticas nas sociedades modernas (MAU, 2007)⁴.

A reforma e reestruturação do Estado desencadeiam diversas medidas políticas e legislativas que impactam a administração pública e, particularmente, as políticas sociais. Inicia-se, portanto, um amplo processo onde o Estado passa a promover as políticas sociais em parceria com a sociedade civil. Observe-se ainda que:

[...] as políticas públicas desenvolvidas em um país e, especificamente, as políticas sociais no contexto da globalização são influenciadas frontalmente por esses dois campos: o global e o nacional. Está claro que existe uma relação de poder e de interesses no interior das políticas sociais cujas

⁴ A discussão da crise do Estado não deve, porém, obscurecer o fato de que alguns Estados desempenham um papel muito importante na difusão de processos globalizadores e não podem ser vistos somente como ‘vítimas’ da globalização.

ações, delas advindas, encontram suas fontes nas desigualdades das relações sociais procedentes do mundo do trabalho (ANDRADE; SANTOS, 2007, p. 86).

Esta nova realidade repercute na atuação do poder público sobre a educação e, mais ainda, sobre o processo de transição escola-trabalho de milhares de jovens no mundo. Nessa perspectiva, as políticas educacionais voltadas para a juventude, e principalmente para a juventude em situação de vulnerabilidade social, passam a apresentar um componente profissionalizante, com vistas a possibilitar o acesso e permanência do jovem ao mercado de trabalho.

Em síntese, presencia-se a partir da segunda metade do século XX um amplo processo de mudança na estrutura das economias globais e dos Estados nacionais, ao passo em que ocorre uma reconfiguração do mercado de trabalho, a decadência do movimento sindical e dos benefícios sociais, desencadeando, dentre outros, uma grave situação de desemprego advinda da introdução do que Harvey (1992) denominou de acumulação flexível.

As implicações concretas destes processos para a educação e o trabalho são perceptíveis quando se observa que, com o intuito de cumprirem acordos internacionais, os Estados nacionais afirmam a necessidade de redução dos gastos públicos, principalmente no âmbito das políticas sociais conquistadas ao longo do século XX. Ao passo em que estes vivem em geral, uma de suas maiores crises estruturais, a crise do emprego, que tem favorecido a ampliação do quadro de desigualdade social, desemprego e precarização do trabalho, gerando uma massa de excluídos.

3 PANORAMA JUVENIL: EDUCAÇÃO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL

Em termos de Brasil de uma população residente de 190.755.799 (BRASIL/IBGE, 2011), o total de 18% é composta por jovens na faixa etária de 15 a 24 anos e 24,5% é formada de jovens na faixa etária de 25 a 39 anos. Neste

universo identifica-se uma diversidade de raças, classes sociais, níveis de escolaridade, estratégias de inserção no mercado de trabalho, acesso à educação, à saúde, à habitação, à cultura e à tecnologia, independentemente da região que habitam e, ao mesmo tempo, quando há comparações regionais.

Por sua vez, em relação à taxa global de mortalidade da população brasileira observa-se, a partir de dados apresentados no *Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil* (WAISELFISZ, 2011), que apesar de ter ocorrido uma redução na taxa de mortalidade da população em geral entre os anos de 1980 e 2004, a taxa de mortalidade juvenil se manteve praticamente inalterada ao longo do período, pois só teve um leve aumento, passando de 128, em 1980, para 133 a cada 100 mil jovens, em 2008.

Quando o referido estudo considera o tamanho da população, a taxa de homicídios entre os jovens passa de 30 (em 100 mil jovens), em 1980, para 52,9 no ano de 2008. Ao passo que a taxa na população não jovem permaneceu praticamente inalterada ao longo do período demarcado, indicando até mesmo uma leve queda: passou de 21,2 em 100 mil para 20,5 no final do período. Fato que leva à ponderação de que “os avanços da violência homicida no Brasil das últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens” (WAISELFISZ, 2011, p.77).

Adentrando no campo educacional o Censo Demográfico 2010 informa que:

O País contava com 9,6% da população de 15 anos ou mais de idade analfabeta, o que corresponde a 13.933,173 pessoas que não sabiam ler ou escrever, sendo que 39,2% deste contingente era formado por pessoas de 60 anos ou mais de idade.

A análise do fenômeno do analfabetismo, por tamanho dos municípios, revela que o porte populacional tem influência na incidência de pessoas portadoras desta ausência de aprendizagem. Ao se associar o tamanho do município à sua localização territorial, é evidente que os problemas das desigualdades espaciais ainda persistem na sociedade brasileira. [...]

No caso do analfabetismo de jovens, a situação da Região Nordeste é também preocupante, na medida em que mais de meio milhão (502 124) de pessoas de 15 a 24 anos de idade declararam ao Censo 2010 que não sabiam ler e escrever. Na Região Sul e Sudeste, regiões mais desenvolvidas socioeconomicamente, nos municípios de mesmo porte tais proporções são bem mais baixas (BRASIL/IBGE, 2011, p. 60).

Quando se direciona o olhar para a questão da relação entre raça e acesso à educação observa-se que os jovens brancos têm mais anos de estudo que os jovens negros, fato que tem contribuído para o desenvolvimento de políticas como, por exemplo, a política de inclusão por cotas raciais nas universidades, com vistas a reduzir a histórica desigualdade racial de milhares de gerações no Brasil. Observe os dados apresentados pelo IBGE.

Ao se analisarem as diferenças entre os grupos de cor ou raça com destaque para a diferença entre brancos e pretos e brancos e pardos [...] tanto pretos (14,4%) quanto pardos (13,0%) mostram um percentual de analfabetos quase três vezes maior do que o dos brancos (5,9%). Pretos estão mais longe do patamar de brancos nos municípios menores, enquanto pardos apresentam uma distância que se distribui de forma monótona, quando se observam as classes de tamanho de município (BRASIL/IBGE, 2011, p. 53).

O difícil acesso da população negra à educação ao longo da nossa história contribuiu, também, para que a raça negra passasse a desempenhar atividades profissionais de baixa remuneração, repercutindo severamente no nível de renda das famílias dos jovens da raça negra no momento atual.

Adentrando na problemática da inserção dos jovens de ambos os sexos no mercado de trabalho brasileiro, identificam-se características de precariedade, desemprego e informalidade atreladas a baixos níveis salariais e de proteção social, configurando uma situação pouco propícia para a oferta de um trabalho decente. Em termos específicos de proteção previdenciária, Rangel (2009, et al.) discorrem que:

Em suma, a cobertura e a proteção previdenciária apresentam resultados notadamente ruins entre os mais jovens. [...] Apesar disso, não há políticas previdenciárias focalizadas nas faixas etárias mais jovens. [...] além dos incentivos econômicos gerais, tais como Simples, microempreendedor individual e PSPS, poderia haver algum mecanismo de desoneração das contribuições previdenciárias para contratação de mão de obra jovem. Dessa forma, espera-se maior estímulo à contratação de jovens, o que pode reduzir a alta desproteção previdenciária neste grupo (RANGEL, 2009, et al., p. 308).

Segundo a OIT (2010b), o desemprego no Brasil, para o período de janeiro a setembro de 2009, chegou a 19,1%, alcançando 28,9% para a faixa etária de 15 a 17 anos e de 18% entre os jovens de 18 a 24 anos. Essa realidade pode ser mais difícil para aqueles jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Tal realidade leva a uma reprodução da pobreza e da exclusão social de milhares de gerações de famílias no País, muitas originárias da zona urbana, de raça negra e que têm a mulher como principal provedor da família. Sobre esse aspecto, o Relatório da OIT é esclarecedor ao indicar que ocorre no País uma reprodução intergeracional do peso do trabalho doméstico no total do trabalho feminino (OIT, 2010).

A problemática de ingresso marginal se alia à baixa inserção dos jovens no mercado de trabalho, resultando um alto índice de jovens desempregados no País. Esse fenômeno atinge de forma diversa essa geração em termos de sexo, raça ou cor:

A taxa de desemprego de mulheres jovens (23%) era 66% mais elevada do que a dos homens jovens (13,8%). Era de 16,7% para os jovens homens brancos e de 18,7% para os negros (23% para os negros e 18% para os pardos). Na área rural, o desemprego atingia 7,1% dos jovens trabalhadores, taxa que aumentava para 17,5% nas áreas urbanas não metropolitanas e para 24,8% nas áreas urbanas metropolitanas, sendo de 20,1% nas áreas urbanas como um todo (COSTANZI, 2009, p. 53).

Após essa breve explanação sobre a heterogênea realidade da juventude no Brasil apresenta-se as características principais da juventude na Alemanha.

4 AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DA JUVENTUDE NA ALEMANHA

Desde a metade dos anos de 1990 se estabeleceu na Alemanha o termo 'heterogeneidade da juventude'. Nesta época, a maioria dos autores se referia à perspectivas da pesquisa sobre a juventude, apontando para a necessidade de uma

visão ampla sobre esta fase, problematizando noções de ‘normalidade’ implícitas nas pesquisas (como por exemplo dramatizações de ‘jovens como problema’). Hoje, esta heterogeneidade pode ser entendida também com relação aos diferentes grupos tidos como pertencendo à ‘juventude’, os quais dificilmente podem ser incluídos no modelo de juventude institucionalizado durante o século XX. Neste modelo, juventude é a figura social central do desenvolvimento da sociedade; ela é o ‘*principium medium*’, como escreveu Karl Mannheim. A pesquisa sobre a juventude atual tem apontado para um prolongamento da juventude, e toma como objeto de estudo jovens entre 12 e 27 anos de idade. Essa faixa etária se reflete em diversas definições legais – como por exemplo em políticas de assistência e apoio à juventude, justiça criminal, etc (HURRELMANN, 2007).

Hoje, na Alemanha, como na maioria dos outros países industrializados, os jovens representam minoria quando se considera a população geral. Com a expectativa de vida prolongada, a estrutura etária na Alemanha apresenta um percentual de pessoas de 65 anos ou mais bem maior do que o de jovens de 15 anos de idade ou menos. Os jovens entre 12 e 27 anos de idade representam apenas 17,1% da população total – comparado com o grupo de 0 a 12 (10,9%) este é o menor grupo da população no país. Juntos, crianças e jovens de 0-27 somam 28% da população total do país.

Um fator relevante do perfil da juventude na Alemanha se refere ao histórico de migração de muitas crianças e jovens. Em 2009, o Relatório sobre Migração do Ministério Federal do Interior (BMI, 2009) apontou para a seguinte estrutura etária da população na Alemanha: crianças até 6 anos 5,2% alemães, 2,8% estrangeiros; crianças e jovens de 6 a 18 anos 11,5% alemães, 11,3% estrangeiros; jovens até 25 anos 8,1% alemães, 10,3% estrangeiros (BMI, 2009, p. 207). Esses números se referem, porém, somente ao estatuto legal de nacionalidade.

A maioria dos jovens na Alemanha vive com seus pais. Isto se aplica à quase todos os jovens de 12 a 15 anos de idade e quase à metade dos de 17 a 29 anos de idade. A principal razão para a mudança para uma casa própria na juventude é a idade dos jovens; a taxa de jovens que vivem com seus pais declina exponencialmente depois dos 17 anos. Depois de deixar a casa de seus pais os

jovens normalmente vivem por conta própria ou em parceria com ou sem filhos (GILLE et al., 2006).

O risco de pobreza entre crianças e jovens na Alemanha depende de várias dimensões – o Relatório sobre Infância e Juventude do governo federal alemão (7. Kinder- und Jugendbericht, BMFSFJ, 1986) definiu, em consonância com a UNICEF, pobreza ao longo de seis dimensões: situação material, saúde e segurança, educação, família e ambiente, comportamento e riscos, bem como bem-estar subjetivo. A falta de ‘possibilidades de participação na sociedade’, de acordo com a definição de pobreza entre crianças e jovens, está estreitamente ligada à situação material e participação de seus pais no mercado de trabalho. Filhos de pais com empregos integrais (ao menos um dos pais) estão menos propensos ao risco de pobreza (de 4% a 8% comparado com 48% para filhos de pais sem trabalho integral). Embora na Alemanha, comparado com outros países europeus, a taxa de pobreza entre crianças e jovens seja uma das menores, encontram-se indícios de que esses grupos se encontram em maior risco de pobreza do que o restante da população.

De acordo com o Dossiê sobre Pobreza do governo federal alemão, em 2006 muitos jovens entre 15 e 18 anos de idade vivem em situação de pobreza: 14,6% das crianças com menos de seis anos, 16,4% das crianças e jovens entre seis e quinze anos, e 23,9% dos jovens entre quinze e dezoito (BMFSFJ, 2008, p. 13).

Em comparação com outros países, tradicionalmente a situação do mercado de trabalho dos jovens na Alemanha não se difere muito da situação do emprego em geral. Devido à cobertura do sistema dual, a estatística sobre a atividade e emprego dos jovens com menos de 25 anos na Alemanha não é confiável, pois os aprendizes são registrados como estudantes e como funcionários (porque têm um contrato de formação com sua empresa de treinamento). Em 2009, o número absoluto de contratos de treinamento caiu para 566.004 – em 2008 esse número era 616.342, uma queda de 8,2% (50.338), tornando ainda mais difícil para os jovens encontrar uma formação profissional (BMBF/BIBB, 2010, p. 11).

Nos últimos anos, no entanto, o desemprego e a precariedade afetaram mais a população jovem do que os grupos de idade mais avançada, por isso a situação dos jovens no mercado de trabalho reflete fatores específicos da idade, da economia e da flexibilização do mercado laboral. Os dados do EUROSTAT (2011a) mostram a seguinte configuração: em 2007, a taxa de desemprego de jovens na Alemanha era de 12% entre jovens de 15 a 24 anos e de 9,6% entre jovens de 25 a 29 anos (EUROSTAT, 2011a, p. 112). Esta configuração muda bastante quando se observa o nível de escolaridade.

Na Alemanha, a seletividade do sistema de ensino, o alto nível de estratificação e normalização do sistema educacional e de formação bem como de emprego são refletidas nas disparidades na taxa de atividade e emprego de acordo com o nível educacional.

Entende-se que a educação é uma das principais variáveis para definir as chances individuais de integração social e garantir as condições financeiras mínimas do cidadão. Como os jovens de baixa renda e/ou migrantes são mais susceptíveis à reprovação ou abandono escolar, eles também são mais vulneráveis em termos de reprodução social. Como a pobreza é um problema multidimensional, crianças e jovens em situação de risco social têm redes sociais menos estáveis.

Esta breve caracterização das condições de vida da juventude no país possibilita uma análise atual e relevante sobre a transição escola-trabalho vivenciada pelos jovens no Brasil e na Alemanha, tema que será apresentado a seguir.

5 A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO NO BRASIL E ALEMANHA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto social em transformação apresentado acima, além de representar um grande desafio em termos estruturais, como por exemplo, rápidas mudanças de requerimentos sociais e de trabalho, clima laboral inseguro, alto risco

de pobreza para muitos jovens, etc. – traz implicações importantes para a visão que a sociedade tem do jovem e, conseqüentemente, para os modelos de políticas educacionais e de trabalho.

Para uma juventude construída socialmente, a mobilização dos recursos e das potencialidades que o jovem possui irá depender sobremaneira das alternativas abertas a ele, seja por sua inserção social, seja pelas posições que ocupam ou pelos caminhos oferecidos/negados em sua trajetória. Apesar de vivermos uma cultura que enaltece os ideais de juventude, as políticas formuladas para os jovens ainda são precárias no que diz respeito a proporcionar a eles seu real lugar de sujeito de direito.

Os dados apresentados ao longo deste artigo, embora representem apenas parte da conjuntura de fragilidade social em que se inserem os jovens, dão mostra de que mesmo que a lei lhes garanta o status de sujeito de direito, os jovens ainda amargam certa invisibilidade social, que fica clara quando constatamos a debilidade das políticas públicas dirigidas a essa faixa etária da população no Brasil e na Alemanha. Para o adolescente da classe média e alta, esse período talvez represente menos risco social, haja vista a teia de proteção forjada pelas instituições (família, escola) as quais está ligado. O jovem das classes menos abastadas sofre com as condições adversas do meio, além de sentir a pressão pela busca da independência financeira.

Na Alemanha, apesar da presença de uma gama de políticas voltadas para a juventude, constata-se também uma grande vulnerabilidade da juventude, em especial os jovens das camadas sociais mais abastadas e com histórico de migração. A visão sobre o jovem na sociedade alemã é, muitas vezes, a de deficiência. Visão que nem leva em conta a cultura da juventude, nem o impacto de problemas estruturais no mundo da escola e do trabalho. Discussões sobre a falta de interesse dos jovens e de incapacidade de serem treinados profissionalmente⁵, não são raras e tem dominado o discurso público nos últimos anos. De certa

⁵ 5 Os termos ‘mangelnde Ausbildungsfähigkeit’ ou ‘fehlende Ausbildungsreife’ – falta de ‘treinabilidade’ – referem-se à suposta falta de interesse, disciplina, resiliência, além de deficiências graves em matérias básicas escolares como língua alemã e matemática.

maneira, prepondera uma visão do jovem como capital humano, a qual se reflete nas políticas públicas para a juventude alemã.

Refletindo sobre a realidade do jovem na sociedade brasileira, Gonzales (2009) destaca que para analisar o momento de inserção dos jovens no mercado de trabalho, deve-se considerar a heterogeneidade de experiências de escolarização e trabalho vividas pelos jovens no Brasil, considerando entre outros aspectos, a desigualdade de acesso à educação e a tradicional divisão sexual do trabalho em nosso país.

Dessa forma, entende-se que o Brasil precisa priorizar políticas públicas que objetivem reduzir a desigualdade educacional que atinge predominantemente crianças e adolescentes pobres, melhorando a qualidade do ensino e ampliando as oportunidades de formação profissional e inserção laboral desse segmento social, contribuindo para a não perpetuação do ciclo geracional de pobreza no país, mesmo que tenhamos a compreensão de que o país avançou em termos de elevação da escolaridade de sua população, porém ela ainda não pode ser considerada elevada, se comparada aos padrões internacionais.

No que se refere à transição escola-emprego na Alemanha duas políticas atuais podem ser destacadas, as quais são centrais para o 'sistema de transição' (Übergangssystem) e tem dominado a fase de transição escola-emprego na Alemanha. As políticas aqui mencionadas podem também ilustrar como a visão da juventude na sociedade e o quadro teórico do capital humano tem moldado políticas para a juventude no país. *Orientação vocacional* são programas voltados para jovens em 'situação de desvantagem' (em geral alunos da Hauptschule), oferecidos em paralelo aos programas de orientação feitos nas escolas secundárias. Estágios em empresas tem um papel muito importante nesses esquemas, pois muitas empresas tem uma grande reserva em contratar alunos saindo da Hauptschule por causa das supostas deficiências dos mesmos – cognitivas, sociais, motivacionais, etc. Depois de um estágio, as chances dos alunos da Hauptschule serem contratados crescem consideravelmente. O foco central do programa é ajudar os jovens a tomarem decisões 'realistas' sobre a escolha de uma profissão; um efeito

negativo deste tipo de orientação é que em geral isso significa baixar as aspirações dos jovens.

A segunda política é a Educação *Pré-vocacional*, um esquema de educação compensatória sem certificado de conclusão. Alunos da Hauptschule e da Realschule que não seguem no sistema de ensino, nem conseguem um contrato de treinamento com uma empresa de forma regular, são obrigados a se matricular em um dos programas oferecidos. Este curso combina componentes de educação geral e formação profissional básica e oferece a oportunidade de recuperar o atraso ou melhorar o certificado de ensino obrigatório, por ex. da Hauptschule para a Realschule. Apesar de seu caráter compensatório positivo para alguns jovens, em geral esses esquemas se tornaram uma 'linha de espera' para muitos.

Em conclusão, importa destacar a necessidade de políticas públicas para a juventude serem orientadas não somente nos requerimentos, relevâncias e desafios sociais e econômicos do mundo da escola e do trabalho, mas, de forma tão importante quanto, nas condições dos jovens de superar esses desafios e dar conta dos crescentes requerimentos que lhes são endereçados (ver STAUBER; POHL; WALTER, 2007). Entende-se que é a partir daí que se pode iniciar uma discussão das competências e de formas de suporte necessário para o êxito de programas políticos, aumentando assim as chances de sucesso de grande parte da juventude, hoje ainda sem condições e chances reais de participação como membros plenos em suas comunidades.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F. R. B; SANTOS, G. P. G. **Os jovens e as políticas de trabalho no Brasil**. Revista Panorâmica Multidisciplinar, Cuiabá, n. 8, 2007.

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity**. London: Sage. 1992.

BMAS. **Lebenslagen in Deutschland. Der 3. Armuts- und Reichtumsbericht der Bundesregierung**. Berlin: BMAS. 2008.

BMBF/BIBB. **Datenreport zum Berufsbildungsbericht**. Bonn: BMBF/BIBB. 2010.

BMFSFJ. **Dreizehnter Kinder- und Jugendbericht. Bericht über die Lebenssituation junger Menschen und die Leistungen der Kinder- und Jugendhilfe in Deutschland**. Berlin: BMFSFJ. 2009.

BMFSFJ. **Siebenter Kinder- und Jugendbericht. Bericht über die Lebenssituation junger Menschen und die Leistungen der Kinder- und Jugendhilfe in Deutschland**. Berlin: BMFSFJ. 1986.

BMFSFJ. **Dossier Armutsrisiken von Kindern und Jugendlichen in Deutschland. 2008**. Online:<http://www.bmfsfj.de/BMFSFJ/Service/Publikationen/publikationen,did=110946.html> [10. 11. 2011].

BMI (Bundesministerium des Innern). **Migrationsbericht des Bundesamtes für Migration und Flüchtlinge im Auftrag der Bundesregierung. Migrationsbericht 2009**.

Online:http://www.bamf.de/SharedDocs/Anlagen/DE/Publikationen/Migrationsberichte/migrationsbericht-2009.pdf?__blob=publicationFile [22. 01. 2012].

BRASIL. **Lei N. 8.069, de 13 de julho de 1990** (Estatuto da Criança e do Adolescente). Fortaleza, CE, 2005.

BRASIL/IBGE. **Indicadores Sociais Municipais. Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro:IBGE, 2011.

COSTANZI, R. N. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

DESTATIS. **Durchschnittliche Kinderzahl je Frau**. 2011a. Online: [http://www.destatis.de/jetspeed/portal/cms/Sites/destatis/Internet/DE/Content/Statistiken/Bevoelkerung/GeburtenSterbefaelle/Tabellen/Content50/GeburtenZiffer,templateId=renderPrint.psml](http://www.destatis.de/jetspeed/portal/cms/Sites/destatis/Internet/DE/Content/Statistiken/Bevoelkerung/GeburtenSterbefaelle/Tabellen/Content50/GeburtenZiffer,templateId=renderPrint.psmlhttp://www.destatis.de/jetspeed/portal/cms/Sites/destatis/Internet/DE/Content/Statistiken/Bevoelkerung/GeburtenSterbefaelle/Tabellen/Content50/GeburtenZiffer,templateId=renderPrint.psml) [10. 11. 2011].

EUROSTAT. **Youth in Europe. A Statistical Portrait**. 2011a. Online: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-78-09-920/EN/KS-78-09-920-EN.PDF [22. 11. 2011].

GILLE, Martina et al. **Jugendliche und junge Erwachsene in Deutschland. Lebensverhältnisse, Werte und gesellschaftliche Beteiligung 12- bis 29-Jähriger**. Wiesbaden: VS Verlag. 2006.

GONZALES, Roberto. **Políticas de Emprego para Jovens: Entrar no Mercado de Trabalho é a Saída?** In: CASTRO, J.; AQUINO, L. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília : Ipea, 2009.

GUGLIANO, Alfredo A. Nas costas da globalização: as perspectivas dos países periféricos frente às transformações internacionais. In: Ferreira, M. O.; Gugliano, A. A. (Orgs.). **Fragmentos da Globalização na Educação: uma perspectiva comparada**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HEINZ, Walter R. **Work and the Life Course: a cosmopolitan-local perspective**. In: Marshall, V.W.; Heinz, W.R.; Krüger, H. & Verma, A. (eds.): *Restructuring Work and the Life Course*, Toronto: University of Toronto Press, 2001. pp. 3-23.

HURRELMANN, Klaus. **Lebensphase Jugend. Eine Einführung in die sozialwissenschaftliche Jugendforschung**. 9a. Edição. Weinheim/München: Juventa. 2007.

KOHLI, Martin. **Die Institutionalisierung des Lebenslaufs. Historische Befunde und theoretische Argumente**, in: Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie, 37(1), 1985, pp.1-29.

MAU, Steffen. **Transnationale Vergesellschaftung. Die Entgrenzung sozialer Lebenswelten**. Frankfurt/New York: Campus. 2007.

OIT. **Relatório tendências mundiais para a juventude 2010**. Bruxelas, 2010.

_____. **Trabajo decente y juventud en América Latina**. [S.I.], 2010b.

POCHMANN, Márcio et al. (Orgs.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. v. 2, São Paulo: Cortez, 2003.

RANGEL, Leonardo Alves et. al. Aspectos Previdenciários da Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho nas últimas duas Décadas. In: CASTRO, J.; AQUINO, L. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília : Ipea, 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WALTHER, Andreas. **Regimes der Unterstützung im Lebenslauf. Ein Beitrag zum sozialpädagogischen Vergleich**. Opladen: Barbara Budrich. 2011.